

ECONOMIA & TRABALHO

20

Brasília, sábado,
14 de novembro de 1998

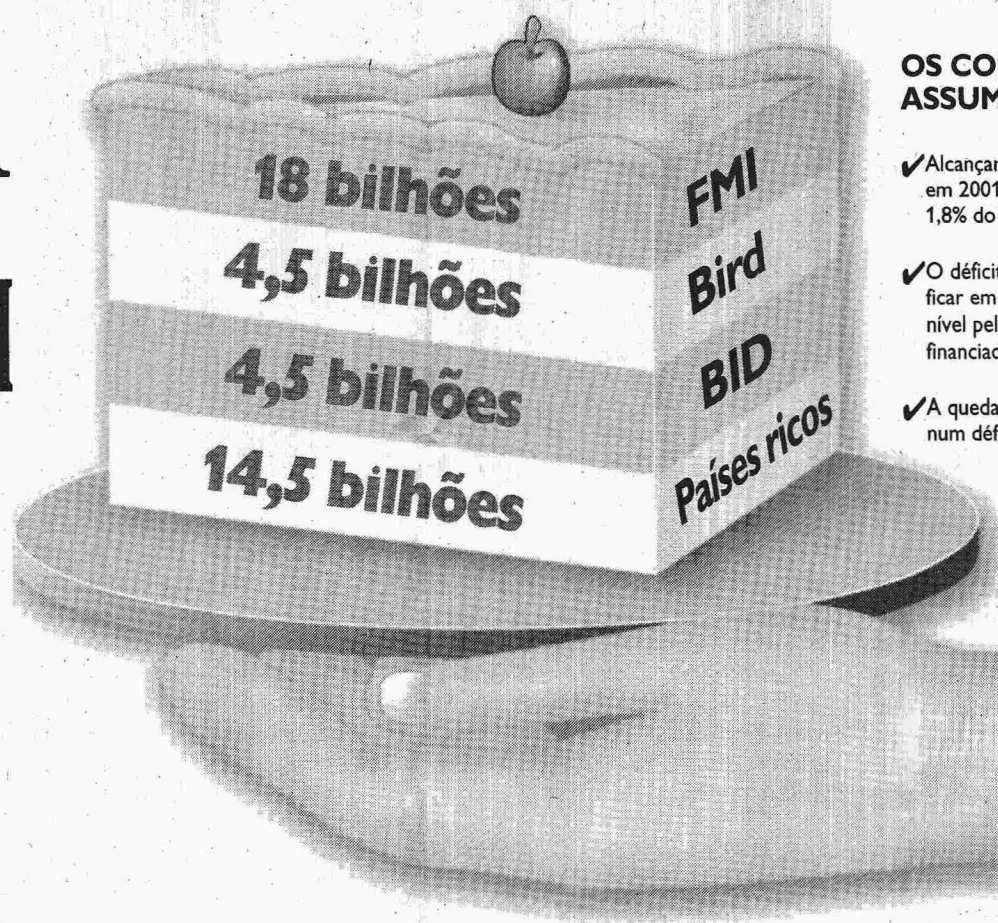
Economia - Brasil

EDITOR: José Negrinhos SUBEDITORES: Regina Alvarez, Nelson Oliveira e Verene Wolke Telefone: (061) 342-1190/342-1191. Fax: (061) 342-1155. E-mail: economia@cldata.com.br

CORREIO BRAZILIENSE

PAÍS PROMETE AO FMI MANTER DÉFICIT NO MÁXIMO EM 4,7% DO PIB PARA RECEBER EMPRÉSTIMO

BRASIL TERÁ US\$ 41,5 BI PARA SALVAR O REAL



OS COMPROMISSOS QUE O BRASIL ASSUMIU COM O FUNDO MONETÁRIO

- ✓ Alcançar o superávit primário de 2,6% do PIB em 1999, de 2,8% em 2000 e de 3% em 2001. As metas exclusivas do governo federal são de superávit primário de 1,8% do PIB em 1999, 2% em 2000 e 2,3% em 2001.
- ✓ O déficit em conta corrente (resultado da balança comercial e de serviços) deve ficar em 4,2% do PIB em 1998, cair para 3,5% do PIB em 1999 e se manter nesse nível pelos anos subsequentes. Mais da metade do déficit em conta corrente será financiado por investimento direto em 1999
- ✓ A queda das taxas de juros e a melhora do resultado primário federal resultarão num déficit nominal federal de 5,6% do PIB em 1998 e de 3,6% em 1999.

Carlos Vieira



Malan (E) e Parente: os US\$ 9 bilhões relativos à primeira parcela do empréstimo serão liberados assim que a direção do FMI aprovar o acordo, o que deve ocorrer dentro de duas semanas

Liana Verdini
Da equipe do Correio

Agora é oficial. O Brasil terá US\$ 41,5 bilhões à disposição para usar no caso da crise internacional se agravar. O memorando de política econômica, substituto da carta de intenção, foi assinado ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Para ter acesso a esse dinheiro, o governo brasileiro se comprometeu a cumprir todas as metas definidas no programa de estabilidade fiscal enviado ao Congresso no final de outubro.

Não foi suficiente. Para que o acordo saísse, o governo brasileiro precisou assumir compromissos que incluem todos os gastos públicos, inclusive com o pagamento de juros aos investidores (resultado nominal). No próximo ano, o totalidade das despesas do setor público superará a arrecadação em 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos num país em um ano). A meta corresponde a menos da metade do déficit nominal deste ano, previsto para ficar entre 7,5% e 8% do PIB.

Esse não é um compromisso difícil de ser cumprido, segundo os economistas. Se o objetivo definido para as contas públicas no programa de ajuste fiscal for alcançado, o governo po-

derá gastar a mesma quantia deste ano no pagamento de juros. Um volume ao redor de R\$ 65 bilhões. Portanto, as autoridades podem manter as taxas de juros num nível elevado por vários meses ainda, se necessário.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, lembrou que nos exercícios de projeção feitos por sua equipe, e levados ao Fundo Monetário Internacional (FMI), os juros médios ficariam em 21,8% ao ano em 1999. "É um exercício, não um compromisso", ressaltou Malan. Isso significa que as taxas devem começar o ano ainda altas. Além disso, a média projetada pelo Ministério da Fazenda é superior ao nível em que os juros estavam antes da crise russa, em agosto. Nessa época, os títulos públicos eram negociados a 19% ao ano.

DINHEIRO

O dinheiro emprestado ao Brasil está vindo de várias fontes. O FMI entrou com pouco mais de US\$ 18 bilhões, dos quais apenas US\$ 5,4 bilhões estão saindo pelo tradicional sistema *stand-by*, de custo mais baixo. O Brasil terá cinco anos de carência para pagar essa parcela com juros de 4,25% ao ano. Os outros US\$ 12,6 bilhões devem ser pagos em um ano e meio, prorrogáveis por igual período, e custarão 7,25% ao ano.

O Banco Mundial (Bird) e o Banco

Interamericano de Desenvolvimento (BID) entraram no pacote de ajuda ao Brasil com US\$ 4,5 bilhões cada um. "Pagaremos o custo de captação desse dinheiro no exterior mais a taxa de risco desses organismos", disse Malan, sem explicar exatamente qual serão os juros cobrados. Por fim, os US\$ 14,5 bilhões emprestados pelos bancos centrais e por instituições financeiras de países ricos custarão entre 9,7% e 9,8% ao ano.

"A primeira parcela desses recursos, no valor de US\$ 9 bilhões, estará liberada assim que a direção do FMI aprovar o acordo", disse o ministro, que estimou em duas semanas o prazo necessário para a avaliação do Fundo. "Eventualmente poderemos retirar outros US\$ 9 bilhões no início do próximo ano." Malan explicou que a garantia oferecida aos credores para a liberação desses recursos foi o aval da República Federativa do Brasil. Embora questionado, o ministro preferiu não responder onde o governo usará esse dinheiro.

Malan, acompanhado do secretário-executivo da Fazenda, Pedro Parente, e do secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, lembrou que esse memorando não precisa de aprovação do Senado Federal para ser oficializado. "Mas comunicamos ao presidente do Congresso sobre o conteúdo do acordo e encaminhare-

mos o material ao Senado", disse.

O acordo assinado com o FMI será de três anos. Os objetivos incluídos no memorando definem metas firmes até 30 de junho do próximo ano. A partir dessa data, foram estabelecidas metas indicativas, como, por exemplo, a promessa de superávits primários crescentes entre 1999 e 2001. Os números da economia brasileira serão acompanhados de perto por missões do Fundo e as metas serão revistas a cada seis meses pelo governo brasileiro e pelo FMI.

ATRASSO

O anúncio do acordo deveria ter sido simultâneo no Brasil, nos Estados Unidos e na Europa. Mas as autoridades brasileiras se atrasaram e o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, saiu na frente divulgando o texto que confirmava a assinatura do memorando pelo governo brasileiro. "O conselho executivo do fundo será convocado a apoiar o programa de acordo *stand-by* de três anos, aumentando no primeiro ano pela linha de crédito suplementar, num montante equivalente a cerca de US\$ 18 bilhões", diz o comunicado do FMI.

Camdessus lembrou ainda o esforço que vem sendo feito pelo governo brasileiro. "A recente aprovação pelo Congresso brasileiro da reforma é uma significativa e esperada

conquista", diz o texto do FMI. "Juntamente com a recente colocação no Congresso do orçamento revisado para 1999, no qual todo esforço foi feito para evitar que os programas sociais básicos fossem excluídos com os cortes nos gastos que a disciplina fiscal exige, isto me assegura que o Brasil vai implementar o resto de seu programa rigorosamente. E dessa forma, o sucesso dos esforços brasileiros vão renovar amplamente as perspectivas econômicas da região como um todo."

O ajuste brasileiro voltou a ser destacado pelo diretor-gerente do FMI na entrevista que deu em seguida. Camdessus destacou que o programa combina um ajuste fiscal grande, de mais de 3% do PIB, com reformas da Previdência; administração pública; gerenciamento de gastos públicos; política de impostos, para lidar com a fraqueza estrutural que é a raiz das dificuldades financeiras do setor público. Na mesma linha de apoio ao Brasil, o presidente do Banco Mundial, James Wolfenson, garantiu que recomendará a aprovação de um valor entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões em apoio ao programa brasileiro. O presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, recomendou também à diretoria do BID o pacote de apoio ao Brasil de US\$ 4,5 bilhões.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

INOVADOR E TRADICIONAL

André Stumpf
Da equipe do Correio

Acordos entre Brasil e Fundo Monetário Internacional (FMI) são constantes na história do país e daquela instituição. Várias vezes representantes de um e outro lado se sentaram à mesa e assinaram aquele papelório. No de ontem, divulgado a um só tempo em Brasília e Washington, a novidade está na concessão de empréstimos por vinte países para tentar reequilibrar as contas nacionais. Além deles, o FMI entra com o seu.

Essa boa vontade de tantos governos modifica a essência do acordo e atribui mais responsabilidade à equipe econômica brasileira. Afinal de contas, tem muita gente apostando na rápida recuperação das finanças nacionais. E também apostando que a recuperação do Brasil significa que a América Latina, este grande mercado emergente, deixará de ser a "bola da vez".

Há, ainda, um dado intrigante: as reservas brasileiras estão na casa dos US\$ 45 bilhões. Ou seja, o país não está quebrado. Os empréstimos possuem, portanto, o objetivo de estimular o sistema e fazê-lo funcionar bem. Os países centrais estão colocando suas fichas no capitalismo periférico. Investidores podem retornar aos mercados emergentes. Eles vão honrar os pagamentos devidos. O recado é esse.

O acordo em si tem aspectos conservadores e tradicionais. Estabelece metas e cria o monitoramento da economia. O dinheiro é liberado por empréstimo *stand-by*, cujas parcelas serão colocadas à disposição do cliente a cada três meses, se os objetivos forem alcançados. Existem mecanismos inovadores, como a reserva de contingência, que é um dinheiro só utilizável se necessário.

Esses dois aspectos, o inovador e o tradicional, não emocionaram o mercado. Em verdade, o acordo ficou dentro da expectativa. O que estragou a festa foram as denúncias de existência de uma conta de Sérgio Motta num banco em Nassau, Bahamas. O presidente Fernando Henrique estava preparado para jogar todo o seu charme sobre os brasileiros e lembrar que o mundo está apoiando o Brasil. Ao invés disso, teve que se mostrar irritado na televisão, em horário nobre, ao tratar de gravações clandestinas e contas secretas em paraísos fiscais.